

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

São Paulo, 12 de agosto de 2016

**Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)**

Ativo	Nota explicativa	2016	2015
<b>Disponibilidades</b>		5.275.126	3.157.370
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		5.195.206	804.200
Aplicações em mercado aberto		1.869.991	541.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros		34.971	262.203
Aplicações em moeda estrangeira		80.244	1
<b>Títulos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		11.469	34.321
Carteira própria	6.a	-	-28.859
Vinculados à prestação de garantias		-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	11.469	5.462
<b>Relações interfinanceiras</b>		1.321.323	717.610
Captações		1.321.322	717.610
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	49
Depósitos no Banco Central		4.958	266.708
Repasse interfinanceiros	7	1.316.013	450.683
Correspondentes no país		280	170
<b>Operações de crédito</b>		1.189.254	932.758
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.626)	(4.594)
<b>Outros créditos</b>		750.554	598.628
Carteira de câmbio	9	744.675	594.168
Renda a receber		1.172	856
Operações e intermediação de valores		1.927	1.233
Negociação	10	(823)	(850)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(823)	(850)
<b>Outros valores e bens</b>		1.070	891
Despesas antecipadas		835	46
Bens não de uso próprio		30	231
Materiais em estoque		200	200
<b>Realizável a longo prazo</b>		2.229.088	2.882.680
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		15.330	29.686
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.330	29.686
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		759.852	517.565
Carteira própria	6.a	-	-
Vinculados à prestação de garantias		128.349	249.825
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	583.502	267.543
Relações interfinanceiras		147.277	791.037
Repasse interfinanceiros		147.277	791.037
<b>Operações de crédito</b>		1.238.274	1.469.617
Ser privado		1.238.274	1.469.617
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-
<b>Outros créditos</b>		68.410	74.781
Diversos	10	68.410	74.781
<b>Outros valores e bens</b>		45	4
Despesas antecipadas		45	4
<b>Permanente</b>		7.629	5.318
<b>Investimentos</b>		123	123
Ativos em títulos no país		123	123
<b>Imobilizado de uso</b>		4.630	2.516
Outras imobilizações de uso		8.753	7.123
Depreciações acumuladas		(4.123)	(4.607)
<b>Diferido</b>		1.47	6.01
Gastos de organização e expansão		1.652	1.652
Amortizações acumuladas		(1.605)	(1.591)
<b>Intangível</b>		2.829	2.618
Ativos Intangíveis		9.225	8.577
Amortizações acumuladas		(6.396)	(5.959)
<b>Total do ativo</b>		7.511.943	6.045.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	Nota explicativa	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		7.354	445.170
Operações de crédito	20.a	113.983	159.418
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	155.689	127.101
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	(183.390)	66.725
Resultado de operações de câmbio	20.d	(78.928)	91.926
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(156.246)	(336.153)
Operações de captação no mercado	20.e	(126.685)	(76.731)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(30.861)	(260.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	1.300	1.032
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		(148.892)	109.017
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		197.606	(47.637)
Receitas de prestação de serviços	20.g	11.530	9.230
Despesas pessoais	20.h	(23.522)	(19.593)
Outras despesas administrativas	20.i	(11.956)	(9.846)
Despesas tributárias	20.j	(5.589)	(4.022)
Outras receitas operacionais	20.k	431.842	7.334
Outras despesas operacionais	20.l	(204.699)	(30.740)
<b>Resultado operacional</b>		48.714	61.380
<b>Resultado antes da tributação</b>		48.714	61.499
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		(19.260)	(20.422)
Contribuição Social		(9.396)	(5.342)
Ativo Diferido Fiscal		(5.146)	(6.135)
Participações estatutárias		(439)	(662)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		21.993	40.413
<b>Quantidade de ações</b>		706.992	667.806
<b>Lucro por lote de mil ações - RS</b>		31,11	60,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)**

		2016	2015
		1º Semestre	1º Semestre
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		48.740	61.499
<b>Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social</b>		48.740	61.499
<b>Ajustes incluídos que não afetam o fluxo de caixa</b>		759	556
Depreciação e amortização		2.166	3.072
Provisão (reversão) para contingências		(1.300)	(1.032)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(5.661)	662
Participações estatutárias e dividendos		(26.308)	(20.424)
Resultado de imposto de renda		(26.308)	(20.424)
<b>Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro</b>		18.396	44.333
<b>Variação de ativos e passivos:</b>			
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		9.453	(6.744)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários		(126.278)	272.796
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		(19.745)	(43.709)
(Aumento) Redução em operações de crédito		448.168	(467.347)
(Aumento) Redução em outros créditos		112.634	(52.633)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(5.905)	115.606
(Aumento) Redução em depósitos		19.810	(43.952)
(Aumento) Redução em captações no mercado aberto		9.581	5.105
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		97.725	189.160
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		141.581	19.825
(Aumento) Redução em resultados de exercícios futuros		74	183
(Aumento) Redução) ajuste patrimonial títulos e valores mobiliários		275	149
(Aumento) Redução e contribuição social pagos		5.072	3.958
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>		710.622	(351.632)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos (-)		-	(98)
Aquisição de imobilizado de uso (-)		(772)	(84)
Aquisição de intangível (-)		(242)	(94)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>		(1.014)	(276)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento em obrigações por empréstimos		(591.818)	(6.009)
Aumento em instrumentos de dívida subordinada elegíveis a capital		(139.177)	89.508
Integralização de capital		39.186	-
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento</b>		(691.809)	83.499
<b>Redução líquida de caixa e equivalente de caixa</b>		17.799	(268.409)
Disponibilidades		102.502	35.769
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.736.634	819.128
<b>Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre</b>		1.839.136	854.897
Disponibilidades		20.766	68.962
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.836.175	517.526
<b>Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre</b>		1.856.935	586.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		667.806	2.958	45.937	(1.476)	715.225
Dividendos não distribuídos		-	-	10.261	-	10.261
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	149	-	149
Lucro líquido do semestre		-	-	-	40.413	40.413
Destinações:						
Reserva legal	18.c	-	-2.021	-	(2.021)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-28.794	-	(28.794)	-
Dividendos	18.b	-	-	(9.598)	(9.598)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>		667.806	4.979	84.992	(1.327)	759.478
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		667.806	6.097	115.848	(492)	789.261
Aumento de capital		39.186	-	-	-	39.186
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos		-	-	275	-	275
Lucro líquido do semestre		-	-	-	21.993	21.993
Destinações:						
Reserva legal	18.c	-	-1.100	-	(1.100)	-
Reserva estatutária	18.d	-	-15.670	-	(15.670)	-
Dividendos	18.b	-	-	(5.223)	(5.223)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>		706.992	7.197	131.518	(217)	845.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio, e de investimento nos termos da Resolução nº 1.524/08 do Conselho Monetário Nacional - CMN. O Banco é responsável pela administração de fundos de investimento cujo patrimônio líquido, em 30 de junho de 2016, somavam R\$ 414.291 (R\$ 259.707 em 2015). Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil, para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi aprovada em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.538/01 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, e das subsidiárias no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01);
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03);
- Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05);
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- Resolução CMN nº 3.937/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Política contábil, mudança de estimativa e retroativa de erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a empregados (CPC 33).

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos desatados, ou operações com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas, ou registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta decorada dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre. **Títulos disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem mantidos até o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, exceto em caso de desvalorização, e contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco, tanto no início do relacionamento de hedge, como posteriormente, quando o cliente ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (hedge) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela Circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue: **i.** Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge em 30 de junho de 2016, no resultado do semestre. **Títulos valores mobiliários e instrumentos financeiros considerados como hedge:** De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre. **De** Fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado de acordo com o objetivo de cobertura das posições de carteira de não negociação. **Operações em caso de inversão de saldo e, Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:** As operações de crédito

são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perigo máximo). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obrigor Grade" - "grading" do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de sua classificação, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, quando houver sido baixadas contra a provisão existente e que estejam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco mantém provisão sobre as garantias prestadas por operações de crédito utilizando como critério, no mínimo as premissas estabelecidas na Resolução nº 2.682. **f. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para custos ou ajustes ao valor de realização. **g. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo preço de aquisição, deduzido das provisões para custos ou ajustes ao valor de realização. **h. Ativo diferido:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **i. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **j. Redução do valor recuperável de ativos:** A redução do valor recuperável de ativos é calculada com base no custo de aquisição, deduzido das provisões para custos ou ajustes ao valor de realização. **k. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **l. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **m. Redução do valor recuperável de ativos:** A redução do valor recuperável de ativos é calculada com base no custo de aquisição, deduzido das provisões para custos ou ajustes ao valor de realização. **n. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **o. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **p. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **q. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **r. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **s. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **t. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizada pelo prazo contratual de locação. **u. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiários em imóveis de terceiros que é demonstrado

# SMBG BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

### 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2016 e de 2015, estão assim demonstradas:

**a. Por operação**

Descrição	2016	2015
Conta garantida	125.225	177.504
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	85.800	86.172
Repasses de recursos BNDES - FINAME - FINEM e EXIM - Outros	99.597	110.864
Compor	12.192	16.966
Capital de giro	820.587	741.733
Vendedor	-	108
Financiamentos para pessoa física	62	39
Financiamentos em moeda estrangeira	660.536	1.032.265
Créditos para exportação - NCE	623.400	239.262
Títulos descontados	-	2.015
Total de operações de crédito (*)	2.427.399	2.406.969
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9)	286.086	336.166
Rendas a receber sobre adiantamentos	1.965	3.896
Total da carteira de crédito	2.715.450	2.747.031

(\*) A diferença no valor de R\$ 245 com o balanço patrimonial, refere-se ao ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, conforme nota explicativa 6.c.

**b. Por vencimento**

Ativo	2016	2015
Até 30 dias	154.977	90.431
De 31 a 60 dias	479.501	175.758
De 61 a 90 dias	301.465	142.522
De 91 a 180 dias	275.526	399.396
De 181 a 360 dias	265.706	466.630
Acima de 360 dias	1.238.275	1.472.942
Vencidas	2.715.450	2.747.031

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 30 de junho de 2016 representam 84,95% da carteira de crédito (87,98% em 30 de junho de 2015), no montante de R\$ 2.306.662 (R\$ 2.416.726 em 2015).

### c. Por nível de risco ("rating")

Nível de risco	2016	2015
AA	2.672.375	98
A	0,5	62
B	1,0	43.013
Total	2.715.450	100

### d. Por setor de atividade

Setor privado:	2016	2015
Indústria	2.512.799	2.564.431
Comércio	164.400	169.952
Outros serviços	38.189	12.609
Pessoas físicas	62	39
Total	2.715.450	2.747.031

Saldo inicial: 6.749 / 6.475  
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa: 1.092 / (2.831)  
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa: (2.392) / 1.799  
Saldo final: 5.449 / 5.444

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, não houveram operações renegociadas.

### 13. DEPÓSITOS

Composição por vencimento em 30 de junho de 2016 e de 2015:

Descrição	2016		2015	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos em moeda estrangeira
Sem vencimento	51.197	-	-	-
Até 30 dias	-	46.692	-	-
De 31 a 60 dias	-	39.164	-	-
De 61 a 90 dias	-	18.198	-	-
De 91 a 180 dias	-	94.829	-	-
De 181 a 360 dias	-	858.085	-	-
Acima de 360 dias	-	735.467	-	-
Total	51.197	1.735.495	-	-

A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada no Cetip S.A. - Mercados Organizados com cláusula de resgate antecipado.

### 14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Títulos	2016		2015	
	Carteira terceiros	Total	Carteira terceiros	Total
Letras do Tesouro Nacional	114.060	114.060	24.471	24.471
Total	114.060	114.060	24.471	24.471

### 15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante emissão de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, com segue:

**a. Obrigações por empréstimos no exterior:** O saldo em 30 de junho de 2016 de US\$ 323.276 (US\$ 184.970 em 2015) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 28 de setembro de 2018, sujeitos às taxas de juros de até 1,695% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 1.040.262 (R\$ 575.151 em 2015).

**b. Obrigações por repasses do exterior:** Os repasses no exterior em 30 de junho de 2016, correspondem a US\$ 671.132 (US\$ 654.753 e Yen 10.511.713 em 2015). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 0,59% a.a. até 1,97% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 26/09/2019. O saldo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 2.155.215 (R\$ 238.708 em 2015).

**c. Obrigações por repasses no país:** Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 9,50% a.a., no montante de R\$ 99.409 (R\$ 110.402 em 2015).

### 16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

**a. Fiscais e previdenciárias**

Descrição	2016	2015
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19a)	21.528	14.289
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	8.330	7.881
Imposto Sobre Serviços - ISS	64	48
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre pagamento de renda	1.351	615
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	870	601
Programa de Integração Social	141	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19c)	3.378	1.532
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	154	130
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	9	5
PIS compensação (nota explicativa nº 17)	2.863	2.728
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	2.449	2.221
Impostos e Contribuições sobre salários	970	779
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	444	367
Outros	12.988	129
Passivo circulante	49.239	18.593
Exigível a longo prazo	13.642	12.830

### 17. PROVISÕES PARA RISCOS DE CÂMBIO E TRABALHISTA

Descrição	2016		2015	
	Exigível a longo prazo	Total	Exigível a longo prazo	Total
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	29.202	29.202	23.827	23.827
Provisão para despesas de pessoal	8.067	-	8.067	7.203
Provisão para despesas gerais	1.351	-	1.351	842
Passivos atuariais	1.133	-	1.133	3.689
Garantias prestadas	938	-	938	525
Diversas	283	-	283	69
Total	11.772	29.202	40.974	36.155

**a. Dívidas subordinadas elegíveis a capital:** O Banco possui um empréstimo em US\$ 40 milhões com o acionista controlador Sumitomo Mitsui Banking Corporation por um período de 15 anos, o qual foi autorizado pelo BACEN, em 10 de novembro de 2006, a ser considerado como dívida subordinada, integrando o nível II do patrimônio de referência do Banco. O Banco obteve um novo empréstimo no valor de US\$ 160 milhões em outubro de 2013, por um período de 10 anos, o qual foi autorizado pelo BACEN em 05 de dezembro de 2013 e também a integrar o nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos já estão autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo atualizado em 30 de junho de 2016 dos dois empréstimos é de R\$ 644.674 (R\$ 622.636 em 30 de junho de 2015).

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	2016		2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisão para riscos fiscais: ISS - R (a)	-	3.716	-	3.430
ISS - SP (b)	61	250	2.321	2.142
Obrigações legais: Desmaturização Cetip (h)	87	-	-	-
PIS compensação (c)	2.863	2.728	-	-
PIS emenda constitucional (d)	2.449	2.221	1.738	1.573
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	8.182	7.631	8.182	7.631
Total	13.642	12.830	15.958	14.776

**a.** O Banco possui processos fiscais relacionados a Recibo Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados interjuros. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica o que o montante atualizado em 30 de junho de 2016 é de R\$ 3.716 (R\$ 3.430 em 2015). **b.** A provisão se refere a uma parte do montante em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, onde o Banco entende ser provável o desenvolvimento financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 2.260, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.321 (R\$ 2.142 em 2015). **c.** Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa a glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a dezembro de 2003. O montante atualizado em 30 de junho de 2016 é de R\$ 2.863 (R\$ 2.728 em 2015). **d.** O Banco possui processos relativos ao PIS anterioridade EC 10/96 e 11/97, onde em linha discutindo a inconstitucionalidade dos tributos. Em dezembro de 2015, o Banco reverteu o montante de R\$ 1.580 referente ao processo relativo à EC 17/97, em virtude do arquivamento do processo administrativo por decadência, ficando provisionado somente os valores referentes aos honorários dos advogados, os quais serão atualizados de acordo com o julgamento do Supremo Tribunal de Justiça. O montante atualizado em 30 de junho de 2016 é de R\$ 2.449 (R\$ 2.221 em 2015).

### 9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2016	2015
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	566.626	578.610
Direitos sobre venda de câmbio	187.543	18.118
Ajuntamentos em moeda nacional recebidos	(11.459)	(6.456)
Repassos a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8a)	1.965	3.896
Total	744.675	594.168
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	186.803	18.077
Obrigações por compra de câmbio	626.409	533.796
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8a)	(286.086)	(336.166)
Total	527.126	215.707

### 10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2016	2015
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19b)	44.002	52.668
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	17.105	15.898
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	7.089	5.976
Outros créditos tributários (vide nota explicativa nº 19c)	1.119	1.646
Outros	2.698	3.047
Total	72.013	79.235
Ativo circulante	3.603	4.454
Realizável a longo prazo	68.410	74.781
Total	72.013	79.235

### 11. OUTROS VALORES E BENS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2016	2015
Bens não de uso próprio	200	200
Material em estoque	35	31
Rendimentos de investimentos	14	26
Despesas antecipadas	1.115	895
Total	1.364	1,052

No semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco tem registrado como Bens Não de Uso próprio o imóvel recebido em garantia fiduciária nas operações de recuperação e renegociação de dívida, conforme adjudicação datada de 30 de abril de 2014.

### 12. IMOBILIZADO

Em 30 de junho de 2016 e de 2015 está assim representado:

Descrição	2016		2015	
	Taxa anual de depreciação %	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamentos de dados	20	5.177	(1.970)	882
Móveis e equipamentos de uso	10	1.577	(828)	749
Sistema de comunicação	10	121	(72)	49
Sistema de segurança	10	300	(282)	18
Sistema de transporte	20	1.578	(971)	607
Total	8,753	(4.123)	4,300	2,516

O aumento no ativo immobilizado no exercício deve-se, principalmente, ao fato do Banco ter expandido suas dependências, vindo a ocupar mais um conjunto no seu atual endereço.

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.990	23.917
Constituição de provisão	103	238
Atualização monetária	356	42
Reversões operacionais	(207)	(502)
Baixas por pagamento	(162)	(162)
Saldo em 30 de junho de 2016	13.642	31.495

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.420	16.009
Constituição de provisão	-	41
Atualização monetária	410	3
Reversões operacionais	-	(61)
Baixas por encerramento	12.830	1.592
Saldo em 30 de junho de 2015	12.830	15.922

### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016, foi deliberada o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 667.806 para R\$ 706.992, mediante a emissão de 39.185.367 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 30 de junho de 2016 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações (mil)
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	706.992
Acionistas domiciliados no país	706.992
Total	1.413.984

**b. Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto social. Em 30 de junho de 2016 foram destacados dividendos, no valor de R\$ 9.238. O montante destacado no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 5.298. **c. Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d. Reserva estatutária:** A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 131.518 (R\$ 84.992 em 2015) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, "ad referendum" da assembleia geral.

### 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Imposto de renda	1.198	954
Contribuição social	954	894
Total	2.152	1.848

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Resultado antes da tributação após participações	48.301	48.301
Reversão de provisões de passivos contingentes	1.767	1.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(512)	(512)
Provisões temporárias	(1.993)	(1.993)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	6.140	6.140
Ajuste a valor de mercado de operações "hedge accounting"	(8.041)	(3.041)
Despesas não dedutíveis	1.012	937
Operações BM&F	2.167	2.167
Outras adições/exclusões (i)	12.959	12.959
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(20.580)	(20.448)
Lucro tributável	48.019	47.713
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	7.203	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	4.790	-
Lei Empresa Cidadã (7)	-	(60)
Contribuição social -20% (nota explicativa nº 3n)	9.542	8.947
Total (ii)	11.986	9.542

### 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Resultado antes da tributação após participações	48.301	48.301
Reversão de provisões de passivos contingentes	1.767	1.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(512)	(512)
Provisões temporárias	(1.993)	(1.993)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	6.140	6.140
Ajuste a valor de mercado de operações "hedge accounting"	(8.041)	(3.041)
Despesas não dedutíveis	1.012	937
Operações BM&F	2.167	2.167
Outras adições/exclusões (i)	12.959	12.959
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(20.580)	(20.448)
Lucro tributável	48.019	47.713
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	7.203	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	4.790	-
Lei Empresa Cidadã (7)	-	(60)
Contribuição social -20% (nota explicativa nº 3n)	9.542	8.947
Total (ii)	11.986	9.542

### 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Resultado antes da tributação após participações	48.301	48.301
Reversão de provisões de passivos contingentes	1.767	1.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(512)	(512)
Provisões temporárias	(1.993)	(1.993)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	6.140	6.140
Ajuste a valor de mercado de operações "hedge accounting"	(8.041)	(3.041)
Despesas não dedutíveis	1.012	937
Operações BM&F	2.167	2.167
Outras adições/exclusões (i)	12.959	12.959
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(20.580)	(20.448)
Lucro tributável	48.019	47.713
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	7.203	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	4.790	-
Lei Empresa Cidadã (7)	-	(60)
Contribuição social -20% (nota explicativa nº 3n)	9.542	8.947
Total (ii)	11.986	9.542

### 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	2015
Resultado antes da tributação após participações	48.301	48.301
Reversão de provisões de passivos contingentes	1.767	1.767
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(512)	(512)
Provisões temporárias	(1.993)	(1.993)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	6.140	6.140
Ajuste a valor de mercado de operações "hedge accounting"	(8.041)	(3.041)
Despesas não dedutíveis	1.012	937
Operações BM&F	2.167	2.167
Outras adições/exclusões (i)	12.959	12.959
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(20.580)	(20.448)
Lucro tributável	48.019	47.713
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	7.203	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3n)	4.790	-
Lei Empresa Cidadã (7)	-	(60)
Contribuição social -20% (nota explicativa nº 3n)	9.542	8.947
Total (ii)	11.986	9.542

### 21. MOVIMENTAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	Saldo em 31/12/2015	Realizações/Constituições 30/06/2016	Saldo em 30/06/2016
Prejuízo fiscal	31.487	(5.145)	26.342
Básis negativa CSLL	18.624	(964)</	



# SMBC BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22  
 Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION  
 Tokyo - Japão - Sede: Avenida Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo  
 Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Telefone: 0xx11 - 3178-8000  
 Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248  
 www.smbcgroup.com.br

## RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2016

**Introdução:** De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e *Compliance*, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Contábeis do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê reuniu-se nos dias 25 de fevereiro de 2016, 30 de maio de 2016, 29 de junho de 2016, 01 de agosto de 2016 e 09 de agosto de 2016. Nas reuniões de 25 de fevereiro de 2016 e 09 de agosto de 2016, foram analisados os assuntos

tratados em reunião com a KPMG Auditores Independentes, com a participação dos membros do Comitê de Auditoria. Na reunião do dia 25 de fevereiro de 2016 foram discutidos os trabalhos realizados pela Auditoria interna no 2º semestre de 2015, Relatório de Controles Internos (Resolução 2554/3380) referente ao 2º semestre de 2015, Relatório da Estrutura e Diretor Responsável pela Ouvidoria referente ao 2º semestre de 2015, o Litigation Report, Demonstrações Financeiras de Dezembro de 2015, Relatório da Resolução 2.682 - critérios adotados para provisão de crédito. Na reunião de 29 de junho de 2016 foram discutidas as informações contidas na carta formal do Banco Central do Brasil relacionada ao resultado da Inspeção de Rating de 2016. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios semestrais requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**

O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda em fase de implantação, são compatíveis com o porte e a complexidade das operações. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis e relatórios financeiros. Os trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa, relacionados ao semestre findo em 30 de junho de 2016 foram apresentados em 09 de agosto de 2016 aos membros do Comitê de Auditoria. As avaliações foram aprovadas na reunião do dia 09 de agosto de 2016. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis. **Auditoria Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado

pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê, preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna através de seus relatórios, não trouxeram ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Contábeis:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Contábeis, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instruções do Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis, auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2016, 12 de agosto de 2016.

TAKAAKI OTANI  
 ROBERTO ISAMU ONO  
 ROBERTO HITOSHI MIZUNO  
 COMITÊ DE AUDITORIA

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do  
**Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**  
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar

pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes  
 CRC 25P014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior  
 Contador CRC 15P230685/O-0